

## DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS ANOS 2010: UMA DÉCADA PERDIDA PARA DESIGUALDADE E POBREZA

**Rogério J. Barbosa**

Pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole na Universidade de São Paulo (USP). *E-mail:* <antrologos@gmail.com>.

**Pedro H. G. Ferreira de Souza**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail:* <pedro.ferreira@ipea.gov.br>.

**Sergei S. D. Soares**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea. *E-mail:* <sergei.soares@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2610>

Entre 2001 e 2015, a antiga Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou uma tendência inédita de crescimento pró-pobre, isto é, aumento da renda *per capita* com redução da desigualdade e da pobreza. Infelizmente, a interrupção da antiga PNAD e sua substituição pela nova PNAD Contínua interrompeu a série justamente quando o país entrava em uma das piores recessões da sua história.

Neste texto, utilizamos os dados recém-lançados das PNADs Contínuas de 2012 a 2018 para documentar os efeitos da recessão sobre a distribuição de renda brasileira. Nossos resultados mostram que a crise econômica de meados da década reverteu o processo de melhoria da distribuição de renda que vinha se desenrolando desde a virada do século.

Desde a recessão, a desigualdade e a pobreza aumentaram, e o bem-estar agregado caiu. A renda média aumentou de 2017 a 2018, mas ainda se encontrava abaixo do nível de 2014, só que mais de 80% do crescimento observado entre 2015 e 2018 ficou nas mãos dos mais ricos. Com efeito, a metade de baixo da distribuição de renda ficou mais pobre em 2018 do que em 2015, enquanto a metade de cima já desfrutava de uma recuperação econômica robusta.

De modo geral, os retrocessos trouxeram os indicadores de volta para níveis iguais ou piores aos observados no começo da década. No caso da desigualdade, o coeficiente de Gini de 2018 (0,545) é só 1% maior que o de 2012 (0,541), mas medidas mais sensíveis aos

extremos da distribuição — em especial à cauda mais pobre — mostram deterioração maior. Analogamente, todas as linhas de pobreza utilizadas indicam resultados piores em 2018 do que no início do período.

O trabalho também investiga as razões por trás dessa trajetória por meio de análises de decomposição. O mercado de trabalho, que fora o motor do círculo virtuoso anterior, transformou-se no grande vilão com a crise, respondendo por 30% da piora do Gini entre 2015 e 2018. As transferências governamentais também contribuíram fortemente por ação ou inação para os resultados negativos do período. A assistência social e o seguro-desemprego não tiveram qualquer papel substantivo para amenizar os resultados distributivos negativos do período. Já a previdência social contribuiu para o aumento da desigualdade mediante um aumento nas aposentadorias daqueles no topo da distribuição.

Por fim, mostramos que nos últimos anos o comportamento das taxas de pobreza foi muito mais sensível a variações na desigualdade do que na renda média. Se não houvesse piora na desigualdade, o Brasil teria continuado avançando no combate à pobreza tanto entre 2015 e 2018 quanto no período mais longo, entre 2012 e 2018.